



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina  
Brasil

Wolff, Cristina Scheibe

Profissões, trabalhos: coisas de mulheres

Revista Estudos Feministas, vol. 18, núm. 2, mayo-agosto, 2010, pp. 503-506

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38116094012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Cristina Scheibe Wolff  
Universidade Federal de Santa Catarina

## Profissões, trabalhos: coisas de mulheres

Copyright © 2010 by Revista  
Estudos Feministas.

Esta seção temática reúne artigos que chegaram à *Revista Estudos Feministas* por iniciativa de suas/seus autoras/es. Ou seja, o trabalho de reunião que aqui fazemos não se deu previamente com uma chamada de artigos, mas através da reunião de uma série de artigos que chegaram, no último ano, à revista em sua forma final e que contêm uma temática que os aproxima. Parece que fazer uma seção temática sobre as ocupações das mulheres ligadas ao trabalho ou à vida cotidiana tem sua razão de ser neste momento.

A taxa de ocupação das mulheres, isto é, o número daquelas que são consideradas economicamente ativas no Brasil, ainda é inferior à dos homens. Em 2007, calculou-se que 64% das mulheres estavam “ocupadas” – tinham algum tipo de trabalho remunerado –, enquanto a taxa de ocupação dos homens era de 86,3%. Entretanto, como explicam José Ribeiro e Janine Berg,

é importante ressaltar o fato de que, em geral, o conceito de trabalho é baseado em uma definição de atividade econômica que não abarca um conjunto de atividades mais comumente realizadas pelas mulheres. Sendo assim, várias trabalhadoras são enquadradas na condição de economicamente “inativas”. Em virtude dessa “invisibilidade do trabalho feminino”, um significativo aporte laboral das mulheres é subestimado e não se reflete na taxa de participação.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Janine BERG, José RIBEIRO e  
Malte LUEBECKE, 2009, p. 2.

Usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os autores mostram que 92,0% das mulheres consideradas “inativas” realizavam “afazeres domésticos”, utilizando em média 33 horas semanais. Pensando nisso, será que se pode falar de uma população feminina inativa?

Entretanto, mesmo para a parcela “ativa” dessa população feminina, a vida não se apresenta em termos de igualdade. A renda média das mulheres é muito menor que a dos homens, especialmente em empregos com nível médio e superior. E se for feita a distinção entre a renda de homens e de mulheres negras, o panorama é ainda mais aterrador, já que as mulheres negras têm os piores níveis de renda. Isso é mostrado com detalhes no relatório elaborado pela equipe do IPEA *Retrato das desigualdades de gênero e raça*.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Luana PINHEIRO et al., 2008.

Outra face dessa questão é a existência de trabalhos e ocupações consideradas “femininas”, como têm sido as profissões ligadas à educação e aos cuidados de saúde, enquanto outras profissões têm sido consideradas “masculinas”. Essa é realmente a discussão que esta seção temática propõe a partir de perspectivas bastante diversificadas e multidisciplinares.

Ao interrogar-se sobre o que seria uma profissão “de mulher”, no editorial de um número da revista *Mouvement Social* dedicado a esse tema, Michelle Perrot aponta para várias questões.<sup>3</sup> Uma delas, talvez a principal, é a armadilha da ‘mixidade’ entre homens e mulheres. Segundo a autora, “A ‘mixidade’ de emprego não é jamais indiferenciação, mas uma nova hierarquia de diferenças. Ela permite aos homens se distinguirem.”<sup>4</sup> No artigo “Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho”, Paula Viviane Chies aponta para essa questão, bem como para muitas outras, discutindo, de forma panorâmica, as maneiras como as autoras feministas têm trabalhado sobre esta interface entre identidades de gênero e profissionais. Apesar das diferenças entre as teorias, umas mais voltadas para os aspectos econômicos e outras para as construções de gênero no campo cultural, algumas constatações são frequentes, pois, seja como for, os homens continuam ganhando mais que as mulheres, mesmo quando exercem as mesmas profissões que elas.

<sup>3</sup> PERROT, 1987.

<sup>4</sup> PERROT, 1987, p. 8. Tradução livre. “La mixité de l’emploi n’est jamais indifférenciation, mais une nouvelle hiérarchie des différences. Elle permet aux hommes de se distinguer.”

Nesse mesmo sentido também segue o artigo de Maria Rosa Lombardi sobre a profissão de oficial engenheira naval na Marinha de Guerra do Brasil. A partir de entrevistas com um grupo de engenheiras navais da Marinha de Guerra, a autora nos relata o processo de incorporação dessas profissionais às Forças Armadas e, principalmente, as dificuldades e preconceitos que enfrentaram ao longo de suas carreiras ainda bastante recentes. Apesar de incorporadas, às engenheiras mulheres são vedadas as viagens de longa distância e, conforme a autora, num efeito cascata, uma série de outras atividades que delas decorrem.

Já o artigo de Regina Madalozzo, Sergio Ricardo Martins e Ludmila Shiratori, “Participação no mercado de

trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?”, discute um outro aspecto dessa temática. Para tentar compreender as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, os autores partem da hipótese de que o trabalho doméstico é um elemento fundamental nessa relação. Suas conclusões apontam que as mulheres que se inserem no mercado de trabalho acumulam uma pesada segunda jornada de afazeres domésticos em suas rotinas. Por outro lado, parece, também, que pode ocorrer uma maior negociação desse trabalho doméstico para aquelas mulheres que conseguem ser bem-sucedidas em aumentar substancialmente seus rendimentos frente ao total da renda familiar. Persiste, no entanto, o fato de que, sobrecarregadas pelos trabalhos domésticos, muitas mulheres têm dificuldade em concentrar seus esforços na profissão, o que as coloca em condição de desigualdade constante.

Se há uma profissão, ocupação, função que não tem sido considerada propícia às mulheres, esta é, sem dúvida, a política. Apesar da política de cotas que institui um percentual mínimo de candidatas em cada partido no Brasil, essas cotas não conseguem ser preenchidas e o número de mulheres eleitas para cargos legislativos e executivos é muito aquém do esperado, se levarmos em conta a participação das mulheres em outros setores da vida pública e profissional. Nesse sentido, o artigo de Clara Araújo, “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina”, trata de buscar explicações para a desigualdade. Analisando trajetórias individuais de deputadas e deputados, a autora mostra como essas trajetórias constituem capitais políticos eleitorais que, com a mediação dos partidos, podem se relacionar com as políticas de cotas. A Argentina é utilizada como um contraponto ao caso brasileiro, na medida em que tem sido apontada como um exemplo positivo do emprego das cotas.

Esta seção temática se encerra com o artigo “Mulheres em construção: o papel das mulheres mutirantes na construção de casas populares”, de Rebeca Buzzo Fertrin e Lea Maria Leme Strini Velho. Esse artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa etnográfica em um projeto habitacional realizado com a participação do Estado – que entrava com o projeto e material –, e da população – que entrava com a mão de obra na construção das casas. Apesar de o trabalho na construção civil ser considerado normalmente um trabalho masculino no Brasil, no contexto do mutirão, as mulheres aparecem tanto como líderes nos movimentos pelas moradias, como também o texto aponta para sua pronunciada participação no trabalho como

ajudantes de pedreiro. As autoras indicam, ainda, que o fato de essas mulheres assumirem trabalhos e papéis diferentes dos padrões sociais a que estavam acostumadas possibilitou-lhes novas construções identitárias.

De engenheiras navais, deputadas, pedreiras e donas de casa, mulheres trabalhadoras e trabalhadeiras, fala esta seção.

### Referências bibliográficas

- BERG, Janine; RIBEIRO, José; LUEBECKE, Malte (Coords.). *Perfil do trabalho decente no Brasil*. Brasília e Genebra: Escritório da Organização Internacional do Trabalho, 2009. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/topic/decent\\_work/doc/perfiltdbrasil\\_129.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/topic/decent_work/doc/perfiltdbrasil_129.pdf). Consulta em: 6 maio 2010.
- PERROT, Michelle. "Qu'est-ce qu'un métier de femme?" *Le Mouvement Social*, n. 140, p. 3-8, 1987.
- PINHEIRO, Luana et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3. ed. Brasília: IPEA, SPM, UNIFEM, 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/livreto\\_retrato\\_3edicao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/livreto_retrato_3edicao.pdf). Consulta em: 6 maio 2010.